

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SEPARAÇÃO DE CLASSES SOCIAIS: UMA REFLEXÃO ÀS PERSPECTIVAS ELITISTA E IGUALITÁRIA

The school as space for the separation of social classes: a reflection to the elitist and equal perspectives

Givaldo Carlos Candrinho- Universidade Pedagógica-Delegação de Massinga

RESUMO: O presente artigo pretende abordar uma temática actual sobre a escola, como espaço de separação de classes sociais fazendo uma reflexão às perspectivas elitista e igualitária. O currículo é a construção sócio-cultural e histórica, da forma de organizar um conjunto de práticas educacionais que dependem de vários condicionalismos e de interesses conflituosos. Nesta senda a nossa reflexão centra-se no seio do seu efeito separador entre as classes sociais, com análise as perspectivas elitista e igualitária, em que na primeira o currículo está virado para a classe alta em detrimento da classe baixa e na segunda, caracterizar-se por ser um pouco quanto abrangente. Para tal, nos propusemos a trazer uma abordagem qualitativa, na medida em que se faz uma análise crítica sobre o currículo e, explicativa, na medida em que procuramos explicar o efeito separador de classes sociais do currículo educacional. A luz desta análise, olhando para às teorias tradicionais, a nossa reflexão, conclui que as duas ideologias, não respondem a problemática das diferenças sociais advindas do currículo.

Palavras-chave: Currículo. Estratificação Social. Instrumento.

ABSTRACT: The present article intends to approach an actual theme on the education curriculum as instrument of separation of social classes, a revision to the elitist and equalitarian perspectives. The curriculum is the social and cultural construction and historical, in order to organize a group of education practices that you/they depend on several conditions and of conflicting interests. In this path our reflection is centred on his/her separator effect among the social classes, with analysis the elitist and equalitarian perspectives, when in the first, the curriculum is facing the high class to the detriment of the lowers class and on second, is characterize for being a little as including. In this analysis, looking at the traditional theories, we concluded that the two ideologies, don't answer the problem of the social differences social of the curriculum.

Keywords: Curriculum. Instrument. Separation of social classes.

1. INTRODUÇÃO

A problemática das desigualdades entre as classes sociais leva com que vários investigadores educacionais analisem sob várias perspectivas, em o quê é que o currículo educacional falho, isto é, o que não faz ou poderia fazer, para estancar este cenário. Partindo do pressuposto que a escola é o local onde são desenvolvidas actividades

curriculares, nos propusemos a reflectir em torno da problemática do efeito separador das classes sociais do currículo educacional, com enfoque as abordagens elitista e igualitária.

O currículo pode ser um instrumento de separação de classes sociais, na medida em que muitas das vezes, há relação entre educação, política e economia. A educação, por mecanismo de socialização e de selecção, exerce a função de reprodução, conservação e perpetuação da sociedade, e fornece ao sistema económico, mão-de-obra adequada e assegura um sistema político de manutenção do poder das classes dominantes. Ainda, a escola não leva em conta os aspectos sócio-culturais dos alunos, nem da maioria dos alunos, muito menos dá especial atenção aos que têm dificuldades.

Para uma melhor compreensão procuraremos ao longo da reflexão seguir e responder as seguintes questões:

Ψ *O currículo leva em conta os aspectos sócio-culturais dos alunos?*

Ψ *O currículo dá especial atenção aos alunos com dificuldades?*

Ψ *O currículo tenta adaptar-se a cada aluno?*

Importa referir que a principal razão que nos impulsiona a trazer esta temática, é o facto de quase sempre, senão mesmo sempre se ter um currículo educacional que visa a separação entre as classes sociais, seja ela a nível do ensino, seja a nível dos conteúdos leccionados, ou mesmo a nível do tipo dos alunos.

2. O CURRÍCULO EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE SEPARAÇÃO DE CLASSES SOCIAIS

Como nos referimos anteriormente Grundy (1987), vê o currículo educacional como a construção sociocultural e histórica, da forma de organizar um conjunto de práticas educacionais que dependem de vários condicionalismos e de interesses conflituosos.

Também, este é considerado como um processo, que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à acção, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente (SACRISTAN, 1998).

A luz desta reflexão, vemos o currículo educacional, como um conjunto organizado das actividades de ensinar e aprender que se processam na escola; o conjunto de todas as experiências do aluno que ocorrem sob a influência da escola; a totalidade das

experiências do aluno, pela qual a escola é responsável, sendo seu núcleo o educando e não o conteúdo.

Conforme Lima e Haglund (1985) a medida que as sociedades evoluem, torna-se cada vez mais notório as mudanças no sistema educativo, de um regime para o outro. O fator da mudança social destaca dois importantes dados do currículo educacional a saber, a concepção *liberal*, que defende a igualdade de direito no acesso a educação para todos e a concepção *burguesa*, que defende uma educação virada para a classe alta, isto é, uma educação que garante a qualificação da mão-de-obra para responder as exigências da burguesia. Hopper (1977), citado pelos mesmos autores, divide estas ideologias em duas grandes linhas: a elitista e a igualitária.

Na ideologia elitista, o currículo educacional se encontra organizado de tal forma que permite a separação entre as classes sociais, fazendo com que os da classe alta aprendam a “*mandar*” e os da classe baixa a “*obedecer*”. Para a escola fornecer conhecimentos ao aluno, dependerá da capacidade que este tiver para contribuir no desenvolvimento económico.

Está visão encaixa-se na de Bobbitt citado por Silva (2000) ao afirmar que, a escola devia funcionar como uma empresa ou industria, modelo baseado na teoria de administração económica de Taylor que tem como palavra-chave a *eficiência*. Aqui o currículo educacional, não olha para o processo de aprendizagem, valoriza mais o resultado deste, priorizando a educação centrada no professor, em que os conhecimentos são repassados, as respostas são mecanizadas e a aprendizagem é receptiva com vista a modificação do desempenho, a formação é *linear* limitando-se a cumprir com os objectivos pré-estabelecidos.

Este cenário limita os alunos a serem sujeitos activos da própria aprendizagem, pois não há ensino verdadeiro se os alunos não desenvolvem suas capacidades e habilidades mentais, se não assimilam pessoal e activamente os conhecimentos ou se não dão conta de aplicá-los, seja nos exercícios e verificações feitas na sala de aulas, seja na prática da vida. (LIBÂNEO, 2002).

A *ideologia igualitária* preconiza que o Estado deve garantir um currículo educacional abrangente, isto é, uma educação para todos, quer estes tenham ou não capacidades para o desenvolvimento económico da sua sociedade. Para esta, o papel da

escola é fundamentalmente colocar as duas classes em maior contacto, de tal modo que os da classe alta não se sintam superiores aos da classe baixa, e esta não se sinta submissa.

Ao contrário da primeira que está mais virada para o mercado de emprego, esta oferece oportunidades na qual os conteúdos se baseam em vivências, onde o professor e o aluno têm a oportunidade de explorar de forma renovada, aqueles significados da vida quotidiana. Giroux, citado por Silva (2000), defende que a perspectiva dominante, ao concentrar-se em critérios de eficiência e racionalidade burocrática do currículo educacional, deixa de tomar em conta o carácter social, histórico, ético e político das acções humanas.

Esta ideia é compactuada por Pilleti (2004) ao determinar três (3) dimensões fundamentais do currículo educacional:

- Ψ *Filosófica*, em que se refere mais aos objectivos e conteúdos da escola;
- Ψ *Sócio antropológica*, em que prima pela necessidade da escola ter uma visão lúcida com a qual está lidando, de modo a desenvolver um trabalho dinâmico e actual, daí a necessidade de levantamento de dados sobre as características da cultura a qual a escola está inserida, a escola precisa ainda saber quais são os padrões de comportamento que influenciam os alunos, as forças económicas actantes, as formas da estrutura familiar existente as tensões sociais e as formas de comunicação;
- Ψ *Psicológica*, para que o currículo seja devidamente bem sucedido, é necessário tomar em conta o desenvolvimento psicológico dos alunos, pois nem toda a criança raciocina com a mesma rapidez nem possuem o mesmo ritmo de desenvolvimento psicomotor. É necessário que se tenha um bom conceito de aprendizagem.

No entanto, como resultado da falta de visão dessas dimensões, o próprio currículo torna-se um instrumento de reprodução das desigualdades e das injustiças sociais. À luz disso, Silva (2000) citando Giroux vê este como algo emancipador e libertador, onde defende que a escola e o currículo devem fazer com que, os alunos tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamento dos pressupostos do senso comum da vida social.

Como nos referimos anteriormente, a problemática das desigualdades entre as classes sociais levou com que vários investigadores educacionais analisassem sob várias

perspectivas em o que a escola não faz ou poderia fazer como agente num processo de igualdade social.

Os autores Lima e Haglund (1985) e Piletti (2004) defendem que embora os conteúdos e métodos não tenham qualquer ligação social, isto é, não levam em conta os aspectos sócio-culturais e psicológicos dos alunos, e que todos os alunos têm igual oportunidade de serem bem ou mal sucedidos na escola, o currículo inconscientemente contribuí para as desigualdades sociais.

Mesmo com finalidades iguais para todos, o sucesso escolar depende da *inteligência e habilidade técnica* dos alunos, a escola permite a passagem do indivíduo, de uma classe social para outra, através da meritocrácia e não da proveniência social.

Aqui, a escola tem em conta os aspectos sócio-culturais da maioria dos alunos, o que não acontece na primeira perspectiva. Esta defende que a escola pode ser capaz de diminuir a separação entre as classes sociais à medida que trata de igual modo todos os alunos, tendo em conta os conteúdos, os métodos, a avaliação, bem como os recursos materiais.

Esta salienta que a escola procura traçar estratégias no sentido de ajudar os alunos com mais dificuldades na aprendizagem, o que faz com que seja considerada “boa” para todos. No entanto, os alunos beneficiados por estas estratégias sentem-se “oprimidos”, isto é, inferiores em relação aos outros, levando a estratificação social entre alunos tidos como “bons” e os alunos “maus”.

A luz desta análise, coloca-se em causa, fazemos uma ponte para a educacional, em que a UNESCO (1994:22) considera que o currículo deve adaptar-se às necessidades da criança e não vice-versa. A escola, portanto, terá de fornecer oportunidades curriculares que correspondam às crianças com capacidades e interesses distintos.

O contexto das *aulas normais*, uma vez que o progresso demonstrado nas *aulas especiais* realizadas para ajudar aos alunos com dificuldades na aprendizagem, não se verifica nas *aulas normais*.

Esta perspectiva leva em conta as particularidades individuais do aluno, de modo a satisfazer as carências e necessidades de cada um deles. Para tal, a escola dá maior atenção ao relacionamento professor-aluno, aluno-aluno, bem como as diferenças sócio-culturais dos diferentes alunos, com o objectivo de minimizar as suas desigualdades. Para

que se alcance resultados igualitários, opta por uma *pedagogia diferenciada*, defendendo a não equiparação dos alunos na avaliação.

3. CONCLUSÃO

Chegados a este ponto à volta da reflexão sobre o currículo educacional como instrumento de separação de classes sociais importa referir que para uma mudança nos sistemas educativos, deve-se pensar primeiramente na obrigatoriedade da educação para todos, como também a transição desse sistema, de uma ideologia elitista à outra igualitária, permitindo uma permanência obrigatória e duradoura dos alunos na escola, diminuindo deste modo o nível de separação entre classes sociais, e garantindo o mesmo tipo de conteúdos para todos.

Respondendo as questões de partida inicialmente levantadas, importa referir que, pese embora hajam esforços realizados para a transição da ideologia elitista à igualitária, esta, torna-se difícil, se não mesmo impossível, uma vez que a “*educação é um instrumento de libertação e ao mesmo tempo instrumento de opressão*”. Daí que se explica por duas razões, apesar de garantir a educação obrigatória para todos, a ideologia elitista limita-se no acesso de todos à educação e; a ideologia igualitária, garante uma instrução uniforme para todos e um maior contacto entre as classes sociais, mas ao mesmo tempo não elimina as desigualdades.

Tomando em consideração estas diferentes perspectivas sobre a problemática em voga, podemos concluir que, embora a escola seja uma instituição que permite o desenvolvimento integral do indivíduo, esta contribui inconscientemente para a separação das classes sociais. O que no nosso entender, para “*reduzir*” tal desigualdade, a escola deve “*desaparecer*” como instituição organizada, ou então nela deve ser feita uma reorganização radical de duas funções a saber: selecção e transmissão de conhecimentos que têm sido preenchidos pela escola.

Embora haja diversificação das sociedades, existe um padrão do currículo que evidencia três funções básicas, selecção de alunos com diferentes níveis e capacidades; colocação dos alunos em lugares específicos de educação e instrução; facilitação no recrutamento de pessoas qualificadas, para várias áreas do “*mercado do emprego*”.

A escola como espaço de separação de classes sociais: uma reflexão às perspectivas elitista e igualitária

Para responder a esta situação seria necessário um trabalho conjunto envolvendo os intervenientes do processo pedagógico, desde a comunidade escolar, Governo e até a sociedade no geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRUNDY, Shirley. **Producto o práxis del curriculum**. 3. ed., 3ª reimp. Madri: Ediciones Morata, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didáctica**. Cortez Editora. São Paulo. 1994.

LIMA, Maria Jesus; HAGLUND, Stefan. **Escola e a Mudança: O Sistema educativo-a Escola-Aula-o Professor**. 2ª Edição, Edições Afrontamento. Porto, 1985.

MENDES, Maria Luísa Sobral. **Forum: “Escola, Diversidade e Currículo”**. Ministério da Educação, Lisboa, 1999

PILETTI Claudino. **Didáctica Geral**. Editora Ática, S.Paulo. 2004.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ, A. I. Pérez. **Comprender e Transformar o Ensino**. 4ª Edição Porto Alegre, ARMED. 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teorias do Currículo: uma introdução crítica**. Porto, Porto Editora, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da acção**. Salamanca.1994

Credenciais do autor

CANDRINHO, Givaldo Carlos. Docente Universitário, Universidade Pedagógica-Massinga. Mestrado em Educação/Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica-Sede. Linha de pesquisa: Orientação Vocacional e Profissional. Contacto: 822877226/828308990. E-mail: djivask@gmail.com

Endereço para correspondência: Givaldo Carlos Candrinho. Endereço de trabalho: Vila Municipal de Massinga, Av. FPLM, Bairro Cimento, Telef. 29371110, Fax 29371190, Caixa Postal 111, www.up.ac.mz/delegações/Massinga

Como citar este artigo (Formato ABNT): CANDRINHO, Givaldo Carlos. A escola como espaço de separação de classes sociais: uma reflexão às perspectivas elitista e igualitária. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 4, n.3, p. 1-7, 2020.

Recebido: 07/02/2020.

Aceito: 20/04/2020.